A semântica dos usos do dinheiro¹

Por causa do uso do dinheiro como meio de troca em nossa organização mercantil da vida econômica, tendemos a pensar nele em termos muito estreitos. Nenhum objeto é dinheiro em si, e qualquer objeto, num domínio apropriado, pode funcionar como dinheiro. Na verdade, o dinheiro é um sistema de símbolos semelhante à fala, à escrita ou aos pesos e medidas. Estes diferem entre si principalmente quanto ao propósito atendido, aos símbolos reais usados e ao grau em que eles exibem um único objetivo unificado.

Pseudofilosofias do dinheiro

O dinheiro é um sistema incompletamente unificado, e a busca de seu propósito único é um beco sem saída. Isso explica as muitas tentativas infrutíferas de determinar suas “natureza e essência”. Devemos nos contentar em listar os propósitos a que servem os objetos quantificáveis efetivamente chamados de dinheiro. Consegue-se isso apontando a *situação* em que usamos esses objetos e com que finalidade. Constataremos que eles são chamados de dinheiro quando usados de qualquer das seguintes maneiras: para pagamento, como padrão de valor ou como meio de troca indireta. O pagamento ocorre em situações de obrigação, e a entrega dos objetos tem o efeito de extinguir essa obrigação. Usado como padrão, o dinheiro é uma etiqueta quantitativa presa a unidades de bens de diferentes tipos, seja para efeito de escambo (com o resultado de, somando os números, podermos igualar prontamente os dois lados da troca), seja para orçar e equilibrar reservas de diferentes gêneros essenciais (assim produzindo as finanças em bens

¹ De *Explorations*, Universidade de Toronto, outubro de 1957.

essenciais). Com isso, os objetos empregados na troca direta adquirem o caráter de dinheiro. Tornam-se símbolos, por sua participação numa situação humana definida.

Evitam-se aqui algumas considerações secundárias. Primeiro: ignora-se a distinção entre os signos e o que eles “representam”. Um e outro funcionam como objetos monetários e fazem parte do sistema simbólico. Assim, não se estabelece nenhuma diferença entre dinheiro sob a forma de cevada, de ouro ou de papel. Confundir o problema fundamental do dinheiro com o da moeda fiduciária gera frequentes mal-entendidos. Os signos como tais não são novidade — a ficção e a abstração fazem parte da dotação original do ser humano. Na famosa história contada por Heródoto sobre a prostituição obrigatória no templo, na Babilônia, ele registra este detalhe: “A moeda de prata podia ser de qualquer tamanho; era impossível recusá-la, pois isso era proibido por lei: uma vez lançada, ela se tornava sagrada.” Os meros signos tampouco são desconhecidos nas sociedades primitivas estudadas pelos etnógrafos. Alguns povos do Congo empregam, “simplesmente como um símbolo”, esteiras de palha ou ramí, originalmente de formato quadrado, mas que acabam reduzidas a um emaranhado de feno “praticamente sem nenhum valor”. Tiras de tecido azul de largura padronizada, transformadas pelo tempo em trapos inúteis, eram correntes como moeda fiduciária em partes do oeste do Sudão. Porém, depois que o papel-moeda se tornou conhecido, os estudiosos sentiram-se induzidos a se concentrar nos signos, em vez dos próprios objetos físicos em si mesmos. Essa moda modernizante levou a melhor. O livro mais recente e extraordinário de uma etnógrafa, a sra. Quiggin,² toma o signo como dinheiro verdadeiro e, por conseguinte, chama de “substitutos monetários” os objetos monetários reais que o livro descreve exaustivamente.

² A. H. Quiggin, *A Survey of Primitive Money*. Londres: Methuen and Co., 1949. [N.E.]

Os historiadores da Antiguidade revelaram-se pouco menos susceptíveis à modernização em matéria de dinheiro. Como a Babilônia do terceiro milênio antes da era cristã não possuía papel-moeda, os metais foram considerados pelos historiadores como o material monetário ortodoxo. Na verdade, todos os pagamentos eram feitos em cevada. O assiriologista Bruno Meissner expressou isso em termos de que “o dinheiro, primariamente, foi substituído por cereais”. Seu colega Lutz achou que a escassez de prata “exigiu o uso de um substituto. Assim, muitas vezes os grãos tomaram o lugar dos metais”. A moeda fiduciária é sempre classificada como o dinheiro verdadeiro, já que é a mais abstrata e a menos útil; em seguida vêm o ouro e a prata, como substitutos; na falta deles, até os cereais servem. Isso é uma inversão sistemática da sequência em que os objetos monetários físicos constituem a prova empírica primordial. Todavia, a existência de signos não deve causar complicações: é corriqueira nos sistemas monetários. Se o papel-moeda, visto como um signo, “simboliza” as moedas, então, em nossos termos, ele simboliza aquilo que já é um símbolo, ou seja, o dinheiro. Os símbolos não “representam” meramente alguma coisa. São sinais materiais — orais, visuais ou puramente imaginários — que fazem parte da situação definida da qual participam, e por isso ganham sentido.

Além disso, uma desconsideração semelhante da semântica da teoria econômica nos é imposta à força na escolha dos termos, ao nos referirmos aos vários usos do dinheiro. Pagamento, padrão de valor e meio de troca são distinções originalmente desenvolvidas pelos economistas clássicos. Daí a compreensível crença de alguns antropólogos em que a aplicação delas ao dinheiro primitivo implica um viés economicista. O inverso seria mais verdadeiro. De fato, a economia moderna não depende em absoluto dessas distinções para suas teorias monetárias. No contexto institucional da sociedade arcaica, por outro lado, é típico que objetos quantificáveis sejam usados dessas três maneiras.

Dinheiro para todos os fins e dinheiro para fins específicos

Por um ângulo formal, o dinheiro moderno, em contraste com o dinheiro primitivo, exibe uma semelhança notável com a fala e a escrita. Todos possuem uma gramática uniforme. Todos se organizam num código complexo de regras concernentes à maneira correta de empregar os símbolos — e de regras gerais aplicáveis a todos os símbolos. A sociedade arcaica não conhecia o dinheiro “para todos os fins”. Nela, diferentes objetos monetários podiam suprir os diferentes usos do dinheiro. Não havia uma gramática que todos os usos do dinheiro devessem respeitar. Nenhum tipo único de objeto merece o nome distintivo de dinheiro; o termo se aplica, antes, a um pequeno grupo de objetos, cada um dos quais pode servir de dinheiro de um modo diferente. Na sociedade moderna, o dinheiro empregado como meio de troca é dotado da capacidade de também desempenhar todas as demais funções, mas a situação é bem diferente na sociedade primitiva. Nela depa-ramos com escravos, cavalos ou gado usados como padrão de valor, quando se julga a riqueza que confere prestígio ou quando se julgam grandes quantidades, ao passo que as conchas de cauri são empregadas exclusivamente para quantidades pequenas. (O escravo ou o cavalo, individualmente considerados, podem figurar como um valor convencional que representa uma mera unidade de conta, enquanto os escravos e cavalos reais são vendidos por preços variáveis.) Os escravos reais são um meio de pagamento de tributos a um chefe ou soberano estrangeiro, enquanto as conchas de cauri funcionam como meio de pagamento doméstico ou até como meio de troca. Isso pode não excluir o uso de metais preciosos para entesourar riqueza, embora esses metais possam não ter outra serventia como dinheiro a não ser, talvez, como padrão de valor e na troca por importações. Nos casos em que o hábito do mercado é razoavelmente difundido, o dinheiro, além disso, pode servir de meio de troca, sendo viável usar para esse fim vários bens comerciais que de outro modo não seriam empregados como di-

nheiro. Ocorrem numerosas combinações dessas variantes. Não há uma regra *única* de validade universal, excetuada a regra muito geral, porém não menos importante, de que os usos do dinheiro distribuem-se por uma multiplicidade de objetos diferentes.

Não se tem conhecimento de uma fragmentação desse tipo no uso dos sons de nenhuma língua. Na fala, todos os sons orais articulados e, na escrita, todas as letras do alfabeto estão aptos a ser usados em todos os tipos de palavras, ao passo que o dinheiro arcaico, nos casos extremos, usa um tipo de objeto como meio de pagamento, outro como padrão de valor, um terceiro para acumular riqueza e um quarto objeto para efeito de trocas — como uma língua em que os verbos consistissem em um grupo de letras, os substantivos, em outro, os adjetivos, num terceiro grupo, e os advérbios, em mais um.

Além disso, na sociedade primitiva, a troca [comercial] não é o uso fundamental do dinheiro. Se há um uso mais “básico” que outro, trata-se, antes, do uso como pagamento [não comercial] ou como padrão. Estes são comuns mesmo quando não se adota o uso do dinheiro como meio de troca. Enquanto, na sociedade moderna, a unificação dos vários usos do dinheiro ocorreu com base em seu emprego como meio de troca, nas comunidades primitivas encontramos os diferentes usos institucionalizados separadamente. Na medida em que há alguma interdependência entre eles, constatamos que o uso como pagamento, como padrão ou para acumular riqueza tem preferência sobre o uso como meio de troca. Assim, o dinheiro oitocentista, que empregava símbolos de troca para vários outros usos, parece oferecer um paralelo quase completo com a linguagem falada e a escrita, com seus sons e sinais para todos os fins. Mas, em certa medida, essa analogia também se aplica ao dinheiro primitivo e arcaico, que só difere de seu equivalente moderno no menor grau de unificação dos sistemas. Desde o segundo quarto do século XX, entretanto, a partir da Alemanha nazista, o dinheiro “moderno” começou a mostrar uma clara tendência para retornar

à desunificação. Meia dúzia de “marcos” eram correntes no governo de Hitler, cada qual restrito a esse ou àquele propósito especial.³

Dinheiro como meio de troca

“O dinheiro é um meio de troca.” Esta suposição está entre as mais poderosas no pensamento moderno. Sua autoridade pode ser aquilatada pela formulação axiomática em que foi enunciada, abarcando todo o curso da história humana e sendo até estendida pelos antropólogos à sociedade primitiva. Ela se expressa vigorosamente na seguinte citação do professor Raymond Firth: “Em qualquer sistema econômico, por mais primitivo que seja, um artigo só pode ser visto como dinheiro verdadeiro quando age como um meio comum e definido de troca, como um trampolim conveniente para se obter um tipo de bem em troca de outro. Ao fazê-lo, todavia, ele serve de medida de valor, permitindo que o valor de todos os outros artigos seja expresso em termos dele mesmo. Além disso, é um padrão de valor com referência a pagamentos passados ou futuros. Como reserva de valor, permite que a riqueza seja condensada e guardada de reserva” (verbete “Currency, Primitive” [Moeda primitiva], em *Encyclopedia Britannica*, 14ª ed.).

De acordo com essa visão, ainda corrente, o uso que se pode dar ao dinheiro como meio de troca é o critério essencial não apenas na sociedade moderna, mas também na primitiva. Mesmo em condições primitivas, os vários usos do dinheiro são declarados inseparáveis. Portanto, somente os objetos quantificáveis que servem de meios de troca podem ser vistos como dinheiro. Seu funcionamento como meio de pagamento, padrão de valor ou meio de acumular riqueza não é decisivo para seu caráter de dinheiro a menos que implique sua utilização como meio de troca, pois é essa utilização que confere unificação lógica ao sistema, por per-

mitir uma vinculação coerente das várias funções do dinheiro. Sem ela, não pode haver dinheiro de verdade. Essa abordagem modernizante do problema, sugerimos, é a grande responsável pela obscuridade em que ainda se acham as características do dinheiro primitivo.

O uso do dinheiro como meio de pagamento

Pagamento é o cumprimento de uma obrigação mediante a entrega de objetos quantificáveis, que então funcionam como dinheiro. A ligação do pagamento com o dinheiro e das obrigações com as transações econômicas é evidente à mentalidade moderna. Contudo, a quantificação, que associamos ao pagamento, já funcionava numa época em que as obrigações cumpridas não tinham qualquer vinculação com transações econômicas. A história começa com a proximidade entre pagamento e castigo, de um lado, obrigação e culpa, de outro. Mas daí não se deve inferir nenhum desdobramento unilinear. As obrigações podem, antes, ter origens diferentes da culpa e do crime, tais como a corte e o casamento; o castigo pode provir de outras fontes que não as sagradas, como o prestígio e a precedência; assim, o pagamento final, com sua conotação quantitativa, pode incluir elementos operacionais não implicados no castigo como tal.

Só em linhas gerais é verdade que o direito civil seguiu-se ao direito penal, e o direito penal, ao direito sagrado. O pagamento era igualmente devido por culpados, desonrados, impuros, fracos e vis; era devido aos deuses e seus sacerdotes, aos honrados, aos puros e aos fortes. O castigo, portanto, visava a diminuir o poder, a santidade, o prestígio, a posição ou a riqueza do pagante, sem se deter diante de sua destruição física.

As obrigações anteriores à lei brotam principalmente dos costumes e só dão origem à transgressão em caso de descumprimento. Mesmo assim, restabelecer o equilíbrio não precisa envolver um pagamento. As obrigações, em regra geral, são específicas, e seu cumprimento é uma questão qualitativa. Falta nela, portan-

³ Sobre os papéis do dinheiro na economia soviética, ver Gregory Grossman, “Gold and the Sword: Money in the Soviet Command Economy”, em H. Rosovsky (org.), *Industrialization in Two Systems: Essays in Honor of Alexander Gershenkron*, Nova York: John Wiley & Sons, Inc., 1966. [N.E.]

to, um traço essencial do pagamento — seu caráter quantitativo. A infração de obrigações sagradas e sociais, sejam elas perante o deus, a tribo, a parentela, o totem, a aldeia, o grupo etário, a casta ou a guilda, é reparada não por meio de um pagamento, mas pela ação da *qualidade* certa. Cortejar, casar, evitar, dançar, cantar, vestir-se, regalar-se, lamentar, lacerar-se ou até matar-se podem ocorrer durante o cumprimento de uma obrigação, mas nem por isso constituem pagamentos.

A característica específica do uso do dinheiro como pagamento é a quantificação. O castigo aproxima-se do pagamento quando o processo de livrar-se da culpa é enumerável, como quando as chicotadas, as voltas na roda de orações ou os dias de jejum eliminam a transgressão. Embora esta se transforme então numa “obrigação de pagar”, ela é expiada não pelo fato de o indivíduo se privar de objetos quantificáveis, mas sobretudo por perder valores qualitativos sagrados ou *status* sagrado e social.

O uso do dinheiro como pagamento vincula-se à economia quando as unidades entregues pela pessoa que cumpre a obrigação vêm a ser objetos físicos, como animais sacrificiais, escravos, conchas ornamentais ou porções medidas de gêneros alimentícios. As obrigações podem continuar a ser predominantemente não transacionais, como o pagamento de uma multa, uma composição,⁴ um imposto ou tributo, a oferta de presentes e contrapresentes, ou uma homenagem aos deuses, aos ancestrais ou aos mortos. Mas passa a haver então uma diferença significativa. É que o indivíduo a quem é feito o pagamento efetivamente ganha aquilo que o pagador perde — o efeito da operação enquadra-se no conceito legal de pagamento.

A intenção última da obrigação de pagar pode continuar a ser a diminuição do poder e do *status* de quem paga. Na sociedade arcaica, uma multa exorbitante não apenas levava a vítima à falên-

cia, como a degradava em termos políticos. Assim, durante muito tempo, o poder e a posição conservaram sua precedência em relação às posses econômicas como tais. Nessas circunstâncias, a importância política e social da riqueza acumulada estava na capacidade de o homem rico fazer grandes pagamentos sem solapar seu *status*. (Era essa a situação nas democracias arcaicas em que o confisco político assumia a forma de multas exorbitantes.) O tesouro adquiriu enorme importância política, como atestam as passagens memoráveis de Tucídides na *Arqueologia*. A riqueza, nesse caso, transmutava-se diretamente em poder. Era uma instituição que sustentava a si mesma. Por ser poderoso e honrado, o homem rico recebia pagamentos: choviam presentes e tributos sobre ele, sem que lhe fosse preciso usar a força para torturar e matar. Mas sua riqueza, usada como um fundo para doações, lhe proporcionaria poder suficiente para fazê-lo.

Uma vez estabelecido o dinheiro como meio de troca na sociedade, a prática do pagamento disseminou-se por toda parte. É que, com a introdução dos mercados como o *locus* físico das trocas diretas, um novo tipo de obrigação ganhou destaque como resíduo legal das transações. O pagamento afigurou-se a contrapartida de uma vantagem material obtida na transação. Anteriormente, o homem tinha que pagar impostos, aluguéis, multas ou dinheiro de sangue. Agora, pagava pelos bens que adquiria. O dinheiro tornou-se um meio de pagamento *por ser* um meio de troca. A ideia da origem independente do pagamento extinguiu-se aos poucos, e os milênios durante os quais ele havia brotado não de transações econômicas, mas diretamente de obrigações religiosas, sociais ou políticas foram esquecidos.

Uso do dinheiro como acumulação ou reserva

Um uso secundário do dinheiro — entesourar riqueza — teve sua origem sobretudo na necessidade dos pagamentos. O pagamento não é, primariamente, um fenômeno econômico. Tampouco o é a riqueza. Na sociedade primitiva, esta consistia principalmente no

⁴ Nesse contexto, *composição* significa o pagamento como parte de um “acordo para cessação das hostilidades”. *Oxford Concise Dictionary*. [N.E.]

tesouro, o qual, por sua vez, mais era uma categoria social que de subsistência. A conotação de subsistência da riqueza (bem como do pagamento) derivou da frequência com que se acumulava riqueza sob a forma de gado, escravos e produtos não perecíveis de consumo comum. Tanto o que alimentava a reserva de riqueza quanto aquilo que era desembolsado dela adquiriu então um significado de subsistência — mas apenas dentro de certos limites, já que os pagamentos continuaram a ser feitos, como norma geral, por razões não transacionais. Isso se aplicava tanto aos ricos que possuíam a reserva de riqueza quanto aos súditos que a alimentavam com seus pagamentos. Assim, o possuidor de riqueza ficava apto a pagar multas, composições, impostos etc. para fins sagrados, políticos e sociais. Os pagamentos que ele recebia de seus súditos, altos ou baixos, eram-lhe feitos sob a forma de impostos, rendas, presentes etc., não por razões transacionais, mas por razões sociais e políticas, que iam desde a pura gratidão pela proteção, ou da admiração pelos dotes superiores, até o simples medo da escravização e da morte. Por outro lado, isto não significa negar que, uma vez estando presente o dinheiro como meio de troca, ele se prestava prontamente a servir de reserva de riqueza. Todavia, como no caso do pagamento, a condição era o estabelecimento prévio de objetos quantificáveis como meios de troca.

Uso do dinheiro como padrão

Como padrão de valor, o dinheiro parece ligar-se mais de perto a seu uso como meio de troca do que como pagamento ou reserva. É que o escambo e a armazenagem de gêneros essenciais foram as duas fontes muito distintas das quais surgiu a necessidade de um padrão. À primeira vista, elas pouco tinham em comum. A primeira assemelhava-se a uma transação, a segunda, à administração e à distribuição. Contudo, nenhuma das duas podia ser praticada de maneira eficaz na falta de um padrão. De que maneira senão com a ajuda de cálculos se poderia, por exemplo, trocar um lote de terra por um sortimento composto por uma carroça,

arreios para cavalos, asno, arreios para asno, boi, azeite, roupas e outros artigos menores? Na ausência de um meio de troca, a contabilidade de um famoso caso de escambo na antiga Babilônia configurou-se assim: a terra foi avaliada em 816 siclos de prata, enquanto os artigos oferecidos em troca foram avaliados, também em siclos de prata, da seguinte maneira: carroça, 100; seis arreios para cavalos, 300; um asno, 130; arreios para asno, 50; um boi, 30; e o restante distribuído pelos itens menores.

O mesmo princípio se aplicava, na falta do meio de troca, à administração das imensas reservas do palácio e do templo (finanças em gêneros essenciais). Seu curador lidava com os bens de subsistência em condições que, vistas por mais de um ângulo, exigiam uma estimativa do valor relativo desses bens. Daí a famosa regra contábil “uma unidade de prata = uma unidade de cevada”, na estela de Manistusu e na epígrafe das Leis de Eshnuna.

Os dados de pesquisas revelam que o uso do dinheiro como meio de troca não pode ter dado origem a seus outros usos. Ao contrário, suas utilizações como pagamento, reserva e unidade de conta tiveram origens separadas e se institucionalizaram independentemente umas das outras.

Circulação na elite e finanças em gêneros essenciais

Parece quase contraditório imaginar que fosse possível fazer pagamentos com um dinheiro com o qual não era possível fazer compras. Mas é exatamente isso que está implícito na afirmação de que o dinheiro não era usado como meio de troca e ainda era usado como meio de pagamento. Duas instituições da sociedade primitiva oferecem uma explicação parcial para isso: o tesouro e as finanças em gêneros essenciais.

O tesouro, como vimos, deve ser distinguido de outras formas de riqueza armazenada. A diferença reside principalmente em sua relação com a subsistência. No sentido estrito da palavra, o tesouro é formado por bens de prestígio, inclusive “objetos de valor” e objetos cerimoniais cuja mera posse conferia a seu detentor peso,

poder e influência sociais. Uma peculiaridade do tesouro, portanto, era que tanto dá-lo quanto recebê-lo aumentavam o prestígio; ele circulava basicamente pelo bem da movimentação, que era seu uso apropriado. Até quando se "entesouravam" gêneros alimentícios, eles tendiam a circular de um lado para outro entre as partes, por mais absurdo que isso se afigure do ponto de vista da subsistência. Todavia, os alimentos raramente funcionavam como tesouro, porque os que eram interessantes, como a carne de porco, não se conservavam, e os que se conservavam, como a cevada ou o azeite, não despertavam entusiasmo. Por outro lado, os metais preciosos, quase universalmente valorizados como tesouro, não podiam ser prontamente trocados pela subsistência, já que, afora algumas regiões excepcionalmente auríferas, como a Costa do Ouro ou a Lídia, a exibição de ouro pelas pessoas comuns era considerada vergonhosa.

No entanto, tal como outras fontes de poder, o tesouro podia ser de grande importância econômica, já que deuses, reis e chefes podiam ser levados a pôr os serviços de seus dependentes à disposição do doador, com isso lhe assegurando, de forma indireta, gêneros alimentícios, matérias-primas e serviços de mão de obra, tudo em larga escala. Em última instância, essa capacidade de dispor indiretamente dos bens, que podia abarcar o importante poder da tributação, surgiu, é claro, da maior influência exercida sobre sua tribo ou seu povo por aquele que recebia o tesouro.

Tudo isso se mantinha válido quer o tesouro consistisse em unidades quantificáveis, quer não. No caso afirmativo, a manipulação do tesouro podia dar origem a algo da natureza das finanças. Na Grécia arcaica, por exemplo, o possuidor de tesouro o empregava para conquistar a graça de deuses e chefes, ou outros agentes dotados de influência política, dando ao ouro e à prata a forma de presentes convencionalmente aceitáveis, como tripodes ou vasos. Mas isso não transformava os tripodes em dinheiro, pois somente por uma interpretação artificial seria possível incluir esse uso como presentes honoríficos nas categorias de pagamento ou meio

de troca. As transações das finanças em forma de tesouro restringiam-se ao pequeno círculo dos deuses e chefes. Embora algumas coisas pudessem ser pagas com bens de tesouro, inúmeras outras não podiam ser compradas por eles.

A reserva de riqueza como instituição da economia de subsistência começou pela coleta e a armazenagem de *gêneros essenciais*. Embora o tesouro e as finanças em tesouro não costumassem fazer parte da economia de subsistência, o armazenamento de gêneros essenciais representava uma reserva de produtos de subsistência que costumava envolver seu uso como meio de pagamento. É que, uma vez armazenados gêneros essenciais em larga escala pelo templo, palácio ou senhorio feudal, isso tinha de ser acompanhado por tal uso. Desse modo, as finanças em tesouro foram substituídas por finanças em gêneros essenciais.

A maioria das sociedades arcaicas possuía um ou outro tipo de organização de finanças em gêneros essenciais. Foi no contexto da transferência e do investimento planejados de bens essenciais, armazenados em escala gigantesca, que se desenvolveram pela primeira vez os dispositivos contábeis que caracterizaram as economias redistributivas dos antigos impérios durante longos períodos. É que só bem depois da introdução das moedas cunhadas na Grécia, uns seis séculos antes da nossa era, as finanças em dinheiro começaram a suplantiar as finanças em gêneros essenciais nesses impérios, especialmente na república romana. Entretanto, mesmo mais tarde, o Egito ptolemaico persistiu nas tradições das finanças em gêneros essenciais, as quais elevou a níveis ímpares de eficiência.

Como forma de integração, a redistribuição comumente envolve, nas condições primitivas, o armazenamento de mercadorias num centro a partir do qual elas são distribuídas e saem de circulação. Os bens transmitidos ao centro como pagamento são transmitidos de lá para outros locais e consumidos. Provêm a subsistência do exército, da burocracia e da força de trabalho, quer sejam remunerados com salários, soldos ou de outras maneiras. O pessoal dos templos consome grande parte dos pagamentos feitos a

eles em espécie. As matérias-primas são necessárias para equipar o exército, para as obras públicas e as exportações do governo; lã e tecidos também são exportados; cevada, azeite, vinho, tâmaras, alho e assim por diante são distribuídos e consumidos. Com isso, destroem-se os meios de pagamento. Talvez alguns acabem sendo trocados em caráter privado pelos que os recebem, sob a forma de escambo. Nessa medida, inicia-se uma “circulação secundária” que talvez possa até se tornar a mola mestra de mercados locais, sem perturbar a economia redistributiva. Na realidade, até hoje não apareceu nenhuma prova da existência de tais mercados. A importância do tesouro e dos gêneros essenciais para a questão dos usos do dinheiro, portanto, está em que eles explicam o funcionamento das várias formas de utilização do dinheiro, na falta do sistema de mercado.

Os bens do tesouro, que aliás são quantificáveis, podem ser usados para pagamento. Entretanto, esses produtos da elite normalmente não são trocados nem podem ser usados para compras, exceto nas esferas sagrada e da política externa. O setor muito maior dos pagamentos concerne, é claro, a bens de subsistência. Tais objetos, quando usados para cumprir obrigações, isto é, para pagamento, são armazenados no centro, de onde retornam através do pagamento redistributivo e são consumidos.

Juntos, portanto, o tesouro e os bens essenciais fornecem, em linhas gerais, a resposta para o problema institucional criado pelas condições da sociedade primitiva, na qual os meios de pagamento podem independem do uso do dinheiro como meio de troca. A ausência do dinheiro como meio de troca nos impérios de agricultura irrigada ajudou a desenvolver uma espécie de empresa bancária — a rigor, a administração de grandes propriedades que praticavam as finanças em gêneros essenciais — para facilitar as transferências e compensações em espécie. Poderíamos acrescentar que métodos semelhantes foram empregados pela administração dos templos maiores. Assim se desenvolveram pela primeira

vez a compensação, a transferência contábil e os cheques não transferíveis, não como expedientes de uma economia monetária, mas, ao contrário, como recursos administrativos destinados a tornar o escambo mais eficiente e, por conseguinte, tornar desnecessário o desenvolvimento de métodos de mercado.

Babilônia e Daomé

Com respeito a sua organização monetária, a Babilônia de Hamurábi, apesar de sua complexa administração econômica e de suas práticas operacionais sofisticadas, era tipicamente “primitiva”, pois o princípio da diferenciação dos objetos monetários estava firmemente estabelecido. Com muitas ressalvas importantes quanto aos detalhes, podemos fazer a seguinte generalização ampla: rendas, salários e impostos eram pagos em cevada, enquanto o padrão universal de valor era a prata. O sistema total era regido pela norma contábil que se fundamentava, de forma inabalável, na equação “1 siclo de prata = 1 *gur* de cevada”. No caso de uma melhora permanente na produção média do solo (que seria causada, por exemplo, por obras de irrigação em larga escala), o teor de cevada do *gur* era elevado, mediante uma proclamação solene. O uso geral da prata como moeda de conta facilitava enormemente o escambo; o emprego igualmente geral da cevada como meio de pagamento doméstico tornava possível o sistema de armazenamento no qual se apoiava a economia redistributiva do país.

Parece que todos os gêneros essenciais importantes funcionavam como meios de troca, até certo ponto, sem que nenhum tivesse permissão para atingir a condição de “dinheiro” (em oposição a bens). Isso também pode ser formulado nos seguintes termos: praticava-se um sistema complexo de escambo, que era baseado na função da prata como moeda de conta, no uso da cevada como meio de pagamento e no emprego simultâneo de diversos gêneros essenciais, como azeite, lã, tâmaras, tijolos etc., como meios de troca. Entre estes últimos devemos incluir a cevada e a prata, to-

mando o cuidado de impedir que esses ou qualquer outro gênero essencial sejam transformados num “meio preferencial de troca”, ou, como diríamos, em dinheiro. Essas salvaguardas incluíam a evitação de moedas cunhadas, o armazenamento de metais preciosos no tesouro do palácio e do templo e, mais eficaz do que tudo, as rigorosas normas legais sobre a documentação das transações. O preceito mais destacado parece ter sido a restrição das transações formais de “compra e venda” a bens *específicos*, como um lote de terra, uma casa, cabeças de gado, escravos individuais ou um barco, todos eles espécimens que podiam ser designados por um nome. No tocante a gêneros essenciais ou bens fungíveis, como cevada, azeite, lã ou tâmaras, não se evidenciou nenhuma documentação de troca de uns por outros durante os milênios das civilizações cuneiformes.

Numa escala muito menor, o reino negro setecentista do Daomé exibia condições monetárias não muito diferentes das observadas na Babilônia. As conchas de cauri eram empregadas como moeda doméstica em todos os quatro usos citados, mas, como padrão de valor, eram suplementadas por escravos, que serviam de moeda de conta nas quantidades maiores. Por consêquinte, a fortuna dos ricos, os pagamentos alfandegários de navios estrangeiros ao rei, os tributos aos soberanos estrangeiros, tudo isso era calculado (mas pago apenas neste último caso) em escravos. Entretanto, estes não serviam como meio de troca no Daomé, tal como acontecia em algumas regiões dos hauçás. Neste último uso, o cauri era complementado pelo pó de ouro, que era especialmente empregado nos portos comerciais e noutros contatos com o exterior. Quanto à reserva de riqueza, usavam-se não apenas conchas de cauri, mas também escravos. Faz lembrar a Babilônia que o papel da contabilidade na gestão desse sistema envolvia uma equação entre escravos e conchas de cauri, a qual, ao que parece, era uma questão de proclamação pública; o mesmo se dava com o preço de exportação dos escravos, que era calculado em onças de pó de ouro.

APÊNDICE: NOTAS SOBRE O DINHEIRO PRIMITIVO⁵

Proposições gerais sobre comércio, dinheiro e mercados

1) O comércio e o dinheiro originaram-se de forma separada e independente dos mercados. Não provieram, como se pensava, do escambo e da troca individuais. Comércio e dinheiro são instituições muito mais largamente disseminadas que os mercados. As diversas formas de comércio e os diferentes usos do dinheiro, portanto, devem ser considerados independentemente dos mercados e dos elementos de mercado. Grande parte da história econômica consiste exatamente na vinculação do comércio e dos usos do dinheiro a elementos de mercado, com isso levando ao comércio mercantil e ao dinheiro como meio de troca. Tudo isso pode ser incluído na tese da *origem independente do comércio e do dinheiro em relação aos mercados*.

2) O desenvolvimento do comércio, do dinheiro e dos mercados segue linhas diferentes, conforme essas instituições sejam primordialmente externas ou internas à comunidade. Uma das características do tipo de economia do século XIX [o capitalismo do *laissez-faire*] foi a obliteração quase completa dessa distinção. Podemos dar a isso o nome de tese das *origens separadas do comércio, dinheiro e mercados externos e internos*.

3) Estamos familiarizados com a maneira pela qual o comércio, os usos do dinheiro e os elementos de mercado se integram no sistema mercantil. Entretanto, na falta de um sistema dominante de mercado, sua forma de integração é obscura. Propõe-se que ela se explique pelo papel desempenhado nesse processo por instituições não econômicas, mais especialmente pelos elementos de re-

⁵ Este Apêndice foi compilado a partir de memorandos inéditos que Polanyi escreveu entre 1947 e 1950 e distribuiu como notas mimeografadas a seus alunos de história da economia, na Universidade Columbia. Esse material inédito é reproduzido aqui com permissão de Ilona Polanyi e Karl Polanyi Levitt. [N.E.]

reciprocidade e redistribuição abrangidos (a) na organização social básica e (b) na administração política. Esta última tem um papel predominante na sociedade arcaica. Podemos nos referir a isso como a tese do *papel integrador da reciprocidade e da redistribuição nas sociedades que não são de mercado*.

Proposições concernentes ao dinheiro primitivo

Usos do dinheiro

1) Na sociedade moderna, a distinção entre os vários usos do dinheiro mal chega a ter mais que um interesse histórico ou teórico, porém raras vezes prático. A razão é que o dinheiro moderno, pelo menos até recentemente, servia para todos os fins — isto é, o meio de troca também era empregado nos outros usos do dinheiro. O dinheiro primitivo, ao contrário, é um dinheiro para fins específicos, ou seja, diferentes objetos costumam ser empregados em diferentes usos monetários. Os vários usos do dinheiro, portanto, são separadamente institucionalizados e, em sua maioria, independem uns dos outros. Aqui, por conseguinte, a distinção entre os vários usos do dinheiro é de extrema importância prática para a compreensão do uso monetário de objetos quantificáveis.

2) A definição do dinheiro primitivo decorre de seus usos. Estes são os de pagamento, padrão de valor, reserva e meio de troca. O dinheiro é definido como os objetos quantificáveis empregados para qualquer dos usos citados.

3) Portanto, a ênfase desloca-se para a definição dos vários usos do dinheiro. Eles devem conter (a) a situação sociológica em que surge esse uso e (b) a operação praticada com os objetos nessa situação.

a) O pagamento é o cumprimento de obrigações mediante a entrega de objetos quantificáveis, ou, no caso de “unidades ideais”, da clara manipulação de contas devedoras. A “situação socioló-

gica” refere-se aí não a um uso isolado, mas a vários deles, pois somente em relação a obrigações diferentes é que podemos falar de “pagamento” no sentido distintivo do termo, isto é, como algo que envolve um uso monetário. Quando há um único tipo de obrigação envolvido, é bem possível que seu cumprimento mediante a entrega de objetos quantificáveis seja uma operação não monetária, como quando uma obrigação é quitada “em espécie”.

b) O uso do dinheiro como padrão de valor é a equiparação de quantidades de bens diferentes para efeito de escambo, ou em qualquer outra situação que envolva a necessidade de contabilidade. A situação sociológica é a da troca direta, ou a do manejo administrativo de objetos quantificáveis, como gêneros essenciais. A “operação” consiste em atribuir valores numéricos aos diversos objetos, para que suas somas possam vir a ser equiparadas.

c) O entesouramento é a acumulação de objetos quantificáveis para dispor deles no futuro, ou simplesmente para guardá-los como um tesouro. A situação sociológica é um dos numerosos casos em que as pessoas preferem não consumir nem se desfazer de outra maneira de objetos quantificáveis, e sim adiar seu uso para o futuro, a menos que deem plena preferência às vantagens da pura posse, especialmente ao poder, ao prestígio e à influência que advêm dela. A operação envolvida consiste em guardar, armazenar e conservar os objetos, para que sua posse e, de preferência, sua ostentação possam redundar em benefício do proprietário e de todos os que ele possa representar.

d) O uso do dinheiro como meio de troca é o emprego de objetos quantificáveis em trocas indiretas. A situação sociológica é a da posse de alguns objetos com o desejo de outros objetos. A operação consiste em adquirir unidades de objetos quantificáveis mediante a troca direta, a fim de adquirir outros objetos por meio de outro ato de troca. Entretanto, é possível que se possuam objetos monetários e que a troca indireta se destine a obter uma quantidade maior desses objetos.

*Definições do dinheiro na economia primitiva,
na antropologia cultural e na análise econômica*

1) Esta definição do dinheiro é sumamente adequada ao propósito da economia primitiva. Refere-se a objetos (físicos) quantificáveis, usados para fins específicos, sendo estes últimos, por sua vez, definidos com a ajuda de situações sociológicas e operações praticadas nelas. Contudo, essa definição deve ser complementada (a) com referência aos objetos monetários, por unidades ideais; (b) com referência aos usos do dinheiro, por recursos operacionais. As unidades ideais são objetos não físicos empregados nos usos do dinheiro, como pagamento ou padrão, caso em que a operação não envolve primordialmente objetos físicos, mas é, antes, a manipulação de contas devedoras. Os dispositivos operacionais, isto é, as soluções primordialmente alcançadas pela manipulação de objetos, não se limitam aos usos do dinheiro. Porém, os objetos empregados num dado uso do dinheiro também podem ser empregados num dado recurso, como para objetivos aritméticos, estatísticos, tributários, administrativos, ou outros objetivos ligados à vida econômica. Exemplos: (i) a numeração dupla das conchas de cauri, empregada na regulação automática do alcance do varejo; cf. Mage, Baillaud, Binger, Bovill etc.; (ii) o relacionamento do pó de ouro com o cauri e os preços de bens comerciais. O pó de ouro é medido por peso, com a ajuda de sementes de cereais; o cauri é contado por enumeração, e a unidade corrente contém um número redondo definido dessas conchas (2000); os bens comerciais recebem preços variáveis em ouro, em moedas de prata europeias, em conchas de cauri, em barras de ferro ou em fios de cobre. O nativo pode vender pó de ouro e ser pago em bens comerciais. O mercador europeu (i) traduz o valor do ouro em libras esterlinas ou dólares de prata espanhóis e (ii) avalia os bens comerciais em cauris. O nativo simplesmente conta o valor do pó de ouro pelo número de favas a que esse peso corresponde e depois equipara o número de favas com as unidades de cauri que lhe são de-

vidas pelo comerciante. Ao retirar uma fava de um saco a cada concha de cauri que lhe é paga, o número de favas restantes no saco o informa acerca de quanto ele ainda tem para receber.

2) A antropologia cultural lida com o dinheiro como um sistema semântico semelhante à escrita, à linguagem falada ou aos pesos e medidas. O dinheiro como sistema semântico liga símbolos a objetos quantificáveis, mas o propósito a que serve o sistema como um todo tem que ser inferido dos usos efetivos, e dificilmente se pode dizer que seja tão claro quanto o da escrita ou o da fala.

3) A definição de dinheiro dos economistas clássicos e neoclássicos, até recentemente, era a de meio de troca indireta. Os outros usos do dinheiro seriam, nessa visão, meras variações sem importância desse uso.

Usos do dinheiro: origens institucionais independentes

1. Pagamento

- a) Na sociedade primitiva não estratificada, os pagamentos costumam ser feitos, em geral, ligados às instituições do preço da noiva, do preço do sangue e das multas.
- b) Na sociedade estratificada, especialmente a arcaica, instituições como obrigações costumeiras, impostos, rendas e tributos dão origem a pagamentos, similarmente.

2. O uso do dinheiro como padrão ou unidade de conta é encontrado no contexto de

- a) escambo complexo, isto é, com diferentes artigos somados dos dois lados;
- b) administração de bens essenciais (finanças em gêneros essenciais).

3. A reserva de riqueza pode servir para:

- a) acumular tesouro;
- b) prevenir a escassez futura;

- c) distribuição entre forças militares e de trabalho, fornecendo a subsistência em espécie.
4. O dinheiro como meio de troca desenvolveu-se, em geral, não a partir de atos aleatórios de escambo por parte dos indivíduos, mas no contexto de mercados organizados de comércio exterior e mercados internos.

Dinheiro: conceitos teóricos e institucionais

Economia clássica

O dinheiro é definido como um produto usado primordialmente na troca. Portanto, é função do escambo e da troca direta. Os problemas monetários devem ser resolvidos sendo reduzidos a problemas de mercadorias. A moeda fiduciária (assim como o papel-moeda) não é dinheiro propriamente dito.

A derivação lógica do dinheiro identifica-se com sua evolução histórica: a propensão para permutar, comerciar e trocar leva a atos individuais de escambo. Tais atos são limitados pela qualidade específica das mercadorias oferecidas com mais frequência que outras. Por sua vez, isso leva a estabelecer uma delas como preferível a todas as demais para a finalidade de troca. Essa mercadoria é adotada como “dinheiro” por sua adequação para a troca indireta. Para aumentar sua fungibilidade, a mercadoria pode ser quantificada e dividida em partes, que são carimbadas pela autoridade pública. A bem da conveniência, que rege todo o processo, essas moedas podem ser substituídas por signos, como as cédulas, os quais, no entanto, só constituem dinheiro na medida em que assegurem a posse da referida mercadoria; em tempos modernos, trata-se de moedas feitas de metais preciosos.

A aparência de um “paralelo” entre a lógica e a história: o uso da moeda, portanto, é logicamente precedido pelo uso do dinheiro de metal, medido por peso; o monopólio do dinheiro de metal é logicamente precedido pela concorrência entre as mercadorias

usadas na troca indireta; esta, por sua vez, deve ter derivado do uso preferencial não monetário de diversos produtos — e tudo isso se originou em atos individuais de troca, explicados pela propensão do ser humano para a permuta. De acordo com esse tipo de tese racionalista, ao seguirmos o fio da dedução lógica até suas fontes, supostamente também retraçamos os estágios de desenvolvimento incorporados na história.

Os vários usos do dinheiro aparecem nesse sistema como logicamente independentes. O caráter de mercadoria do dinheiro, isto é, de ser um objeto que possui utilidade em si mesmo, é pressuposto. (1) “Meio de troca” é definido como o uso original; (2) segue-se “meio de pagamento”, pois como se poderia pagar com uma coisa que não pudesse ser usada na troca? (3) Depois vem “padrão de valor”, que abarca (1) e (2); e (4) “meio de acumular riqueza ou tesouro” pressupõe os outros três. Os conceitos de mercadoria e troca são pedras angulares do sistema.

Economia neoclássica

1) Sistema pré-keynesiano. Na maioria dos casos, algum tipo de derivação da “troca” foi um legado dos clássicos. Schumpeter, por exemplo, conservou a definição de “troca indireta” para o dinheiro. Böhm-Bawerk introduzira a troca, anteriormente, como um tipo especial de uso para as mercadorias, e Wieser elaborou em seguida a utilidade marginal do dinheiro. Nessa fase inicial, a teoria neoclássica ainda não tinha consciência da dificuldade conceitual de introduzir o dinheiro no esquema.

2) Sistema keynesiano. Aqui, o papel do dinheiro é puramente pragmático. Não há nenhuma tentativa de deduzir sua presença da alocação de meios escassos. O próprio dinheiro é um dos meios escassos aqui, porém um meio contrastado com as mercadorias. O sistema clássico negava esse contraste (em consequência disso, fora incapaz de explicar especificamente os fenômenos monetários). A presença do dinheiro é corretamente presumida nesse sis-

tema, já que ele só pode ser explicado em termos institucionais, não conceitualmente deduzido. A expressão referente ao “véu de dinheiro”, tal como usada pelos clássicos, foi um remanescente do solecismo humiano a respeito do valor supostamente convencional do dinheiro e da falácia ricardiana (oposta) sobre o caráter de mercadoria do dinheiro. Na verdade, o valor do dinheiro não decorre da convenção, donde não é ilusório, mas também não decorre do “valor de uso”, como quer a teoria da mercadoria. Sua utilidade decorre do fato de que, com ele, é possível comprar coisas, e seu valor provém de sua escassez. Mas isso não explica sua origem, que reside nas instituições de governo e bancária.

Termos institucionais

Os vários usos do dinheiro foram originalmente institucionalizados em separado. As ligações entre esses quatro usos foram mais ou menos acidentais. Abordaremos tais usos na seguinte sequência: (1) meio de pagamento; (2) meio de acumulação de riqueza ou tesouro; (3) meio de troca; (4) padrão de valor.

Meio de pagamento:

Para que o dinheiro seja usado como meio de pagamento, é necessário que haja (1) algum tipo de dívida ou obrigação *pela qual* pagar e (2) algo *com que* pagar. Do ponto de vista tradicional, portanto, o necessário é explicar (a) como surgem as dívidas ou obrigações na sociedade primitiva, fora das transações econômicas, e (b) como pode haver um meio de pagamento quando o dinheiro não é também usado como meio de troca.

Algo pelo qual pagar (Como surgem as dívidas?):

1) Que a sociedade primitiva se baseie no *status* significa que os direitos e as obrigações decorram sobretudo do nascimento, seja o parentesco real ou fictício. Isso é predominantemente válido em relação às sociedades estratificadas. Pelo nascimento também se adquire o privilégio negativo. Os homens nascem com dívidas e tendo de cumprir obrigações.

2) A instituição dominante é o *parentesco*, com suas extensões; ele acarreta obrigações de vários tipos, sendo as principais as do grupo das rixas de sangue. Por um lado, existe a obrigação da vingança; por outro, a de pagar multas ou composições.⁶

3) Em muitas sociedades primitivas (os *manus*, por exemplo), as obrigações costumeiras estão sob a sanção severa da magia.

4) O caráter sagrado da lei primitiva (formal e ritualística). Transações sancionadas pela religião. As obrigações contraídas dessa maneira são de extremo rigor.

5) A grande importância do prestígio, da posição, das prerrogativas ligadas a atos honoríficos, nomes, títulos, relatos (de façanhas), das transações cerimoniais, tudo isso explica por que se contraem dívidas (até intencionais) pela infração de prerrogativas reconhecidas, como entre os índios *tolowa* e os *kwakiutl*.

6) Outra rica fonte encontra-se no aumento da autoridade, que cria a obrigação política.

Todos esses fatores contribuem para a capacidade de a sociedade primitiva produzir um *endividamento de natureza não econômica*. A obrigação baseia-se em *status*, sangue, disputas, prestígio, parentesco e noivado ou casamento, e envolve a quitação, o cumprimento ou a resolução da dívida, ficando todo o processo sob a sanção da magia, da lei ritualística, da cerimônia sagrada. A dívida é contraída não como resultado de uma transação econômica, mas de eventos como casar, matar, chegar à maioridade, ser desafiado para o *potlatch*, ingressar numa sociedade secreta etc. Enquanto, na sociedade primitiva, os interesses econômicos e as obrigações correspondentes carecem de rigor e tendem para a indulgência, a elasticidade e o tratamento equânime, os interesses econômicos pessoais costumam incluir-se na categoria das motivações não aprovadas. Observa-se o inverso no tocante às dívidas e obrigações que têm fontes não econômicas, como a magia, a ordem sagrada,

⁶ Nesse contexto, *composição* significa o pagamento como parte de um “acordo para cessação das hostilidades”. *Oxford Concise Dictionary*. [N.E.]

o *stricti juris negotis*, as práticas de rituais, as questões de honra ou prestígio e o direito formal, incluindo-se o *jus talionis*, o *nexum* ou as formalidades ligadas à compra e venda de *res mancipi*. (Cf. também as “Doze tábuas” romanas que codificavam o “direito costumeiro” [aproximadamente em meados do século V a.C.] e as leis hebraicas do Deuteronômio, atribuídas ao final do século VII a.C., mas que usaram um material muito anterior.) A respeito das taxas de ingresso, graus e “maçonaria” da sociedade *suque* (arquipélago de Banks), Daryll Forde escreveu: “Esse sistema dá uma feição muito mais mercenária à sociedade nessas áreas, e o dinheiro adquire maior importância que no restante da Melanésia.”⁷ Os pagamentos são feitos em meios convencionais: por exemplo, as plumas para danças são pagas com dentálios ou colares de conchas; as canções para admissão na sociedade *suque* são pagas com correntes de conchas à guisa de dinheiro. Empregam-se correntes inteiras de conchas etc., não unidades isoladas. Tais pagamentos restringem-se a comunidades diferentes.

Como são pagas as dívidas, na falta de um meio de troca?

A riqueza consiste primordialmente em objetos de valor, aqueles que são capazes de despertar emoção e são valorizados por eles mesmos. O “uso” desses bens preciosos pode consistir meramente em possuí-los — como no caso de joias da Coroa.

Dinheiro de Palau. A ilha de Palau (Pacífico Norte), também chamada Pelew, faz parte do arquipélago das Carolinas. A mistura de porcelana e vidro, de origem relativamente pré-histórica, é uma realidade. Algumas das contas de vidro são encontradas em Yap, mas não são usadas como dinheiro nesse local (em vez delas, usam-se pedras de aragonita). Dinheiro amarelo e vermelho de Palau: essas peças se parecem com conchas e são vítreas, mas opacas. Diferentes tipos de dinheiro de Palau, de cor branca, servem

de meio de troca específico; por exemplo, compram-se velas de barcos pelo tipo mais valorizado. Os de valor mais alto são emprestados a juros! O preço da noiva coaduna-se com a posição; o mais graduado paga mais!

O tipo mais valorizado de dinheiro é escondido pelos chefes tribais. Poucas pessoas conhecem ao menos 1/6 dos tipos de moeda. As multas são pagas em dinheiro de Palau. Alguns tipos são usados na troca por preços fixos. As contas de vidro assemelham-se às da África ocidental encontradas em tocas anglo-saxônicas. Os axântis pagam “o peso em ouro” por essas “pérolas Aggry”.^{*} O desenvolvimento do dinheiro de Palau é sumamente específico. Cada tipo de moeda tem seu uso próprio, um círculo dentro do qual se movimenta. Isso se harmoniza com a ideia da riqueza e do tesouro, mas não com a de meio de troca. Embora também haja usos como meio de troca, os principais são da natureza do pagamento, como no preço da noiva — um exemplo destacado do dinheiro como meio de pagamento, baseado em seu uso como meio de acumular tesouro.

Afora isso, dispor do “objeto valioso” é seu “uso” principal, como no sistema *kula*, no qual os parentes e dependentes do proprietário têm permissão de usar os objetos. Servos, vassalos e aliados de guerra são obtidos com a ajuda desses objetos preciosos. O importante é que os destinatários os vejam como objetos preciosos, não por seu uso nas trocas [comerciais], cuja probabilidade costuma ser nula; o valor está inextricavelmente ligado ao *status*. (Alguns objetos do *kula* são braceletes grandes e gordurosos de conchas brancas, que não têm nenhum valor, a não ser pelas associações com seus donos anteriores.)

No entanto, o dinheiro como meio de pagamento nunca poderia ter-se desenvolvido em larga medida se sua utilidade se restringisse ao entesouramento. Outro uso veio pelo desenvolvimento da redistribuição como forma de integrar a atividade econômica.

⁷ Daryll Forde, *Habitat, Economy, and Society*. 8ª ed. Londres: Methuen, 1950, p. 203. [N.E.]

^{*} Também conhecidas como contas Aggry ou Koli, Cori, Kor, Segi, Accori ou Ekeur. [N.T.]

Os primórdios se deram com os caçadores, é claro. Em sociedades estratificadas como as da Micronésia e da Polinésia, o chefe supremo, como representante do clã superior, recebe a renda e depois a distribui sob a forma de presentes generosos à população. O princípio da redistribuição é praticado em escala gigantesca nas despoticamente governadas aristocracias de pastores e lavradores, como as do México e do Peru. Os pagamentos de impostos dos súditos e dos povos subjugados são guardados em armazéns enormes e redistribuídos para os grupos internos e populações internas. Os mesmos princípios imperaram na Suméria, na Babilônia e na Assíria, assim como na antiga China e no Novo Reino do Egito. Tudo isso serve para explicar a relativa independência entre “pagamento” e “troca”.

O dinheiro como meio de troca

Uso externo do dinheiro. As origens do dinheiro como meio de troca estão ligadas ao comércio exterior. Isso se harmoniza com a realidade, igualmente estabelecida, do comércio e dos mercados como instituições “externas”.

Alguns artigos destacam-se no comércio exterior, como alimentos *versus* manufaturados. Os fatores geográficos se afirmam, como nas regiões centro-leste e centro-oeste da África. Em algumas comunidades mais simples, a tendência à especialização produz esse fenômeno, mesmo na ausência da determinação geográfica, como na Melanésia. Mas o fato geral é a tendência do comércio exterior a se especializar em alguns artigos principais. Alguns destes, como o sal ou o ferro, são preferidos para a troca indireta. Essa é uma das origens do dinheiro como meio de troca.

É raro vermos o dinheiro surgir primordialmente da necessidade de um meio de troca indireta. Esse tipo de moeda externa é deliberado, assim como o uso de conchas de cauri. Elas são pouco usadas de outras maneiras, mas são extremamente populares com todos os povos como moeda do comércio exterior.

Usos internos do dinheiro. Visto que o dinheiro como meio de troca originou-se no comércio exterior, quando e como, se é que isso aconteceu, ele se tornou um meio de troca internamente? Ainda que, em geral, o dinheiro como meio de troca tenha-se originado no comércio exterior, é possível que seu uso interno ou doméstico nas trocas tenha-se originado de forma independente. Isso poderia ter ocorrido em decorrência de atos individuais de escambo e troca e, mais tarde, de mercados locais. Mas não parece ter sido esse o caso.

Na sociedade primitiva simples, ou seja, não estratificada, o dinheiro originou-se como meio de pagamento. Apesar de ter sido usado como meio de troca na economia de prestígio, dentro de certos limites, só em casos excepcionais foi usado na economia de subsistência. O alimento sempre se manteve como um artigo de comércio exterior e não era internamente trocado por dinheiro.

Na sociedade primitiva estratificada, é claro, o dinheiro é largamente usado na redistribuição, isto é, como meio de pagamento. Isso pode dar-se sob a forma de “objetos preciosos”, como o dinheiro de Palau ou o gado no leste da África. No entanto, não vemos o dinheiro aparecer como meio de troca, pois os atos de troca nos mercados locais (como na África) limitam-se à troca de tipos específicos de mercadorias e, em princípio, o comércio é exclusivamente o comércio exterior.

Mencionemos aqui o dinheiro “interno” e “externo” de Heinrich Schurtz (*Grundriss einer Entstehungsgeschichte des Geldes*, 1898). Dois tipos diferentes de dinheiro, originários de fontes diferentes. Isso parecia convir a alguns fatos importantes frisados por Schurtz. Mas esse autor tomou por internos alguns usos do dinheiro que eram de origem externa. (1) Preço da noiva: originalmente, o pagamento é uma instituição de exogamia e, em princípio, é “externo”; (2) a composição das rixas de sangue é “externa”, já que não há rixas de sangue e, originalmente, não há composições no interior do grupo.

O uso interno do dinheiro nas trocas, nos antigos impérios orientais do Egito, Suméria, Babilônia e China, foi muito restrito, no cômputo geral. No Egito, não se atribuiu nenhuma moeda a datas anteriores a Alexandre, o Grande. O sofisticado sistema monetário ptolemaico teve origem posterior, é claro. A arte altamente desenvolvida dos ourives não os induziu a cunhar moedas de metal, o qual era usado por peso em anéis de prata e ouro. *Grosso modo*, a economia era de redistribuição em imensa escala. O comércio exterior ficava sobretudo nas mãos de estrangeiros. O comércio interior era transacionado em espécie, às vezes em ouro e prata, conforme o peso. A economia redistributiva, imensamente desenvolvida, mantinha o sistema com o uso do dinheiro como base de pagamento e desestimulava a formação de mercados internos de maior importância. Nesse aspecto, o Egito foi típico dos antigos impérios orientais.

O dinheiro como padrão de valor

O dinheiro como padrão de valor atingiu seu desenvolvimento máximo na sociedade moderna, com base numa economia de trocas integrada ao mercado. Nela, o dinheiro assume a forma do poder aquisitivo geral.

Mas o dinheiro era usado como padrão de valor em impérios antigos, em decorrência das instituições redistributivas amplamente disseminadas. Esse uso restringia-se aos bens econômicos mais importantes, como terra, cereais e metais, e não era resultante de funções de mercado, mas da fixação de preços pelas autoridades. Nesse contexto, é interessante assinalar que, na medida em que se usavam metais (por peso) como meios de pagamento, não há nenhuma prova, na história da Antiguidade, de tentativas de “degradar a moeda”. O caráter “monetário” das mercadorias devia-se, com mais frequência, à extensão do governo a áreas maiores do que à troca direta de mercadorias. Por esses meios, o comércio exterior “interiorizou-se”.

Interesse de classe e mudança social*

O iníto liberal da conspiração coletivista deve ser completamente dissipado para que a verdadeira base das políticas do século XIX possa ser exposta às claras. Diz essa lenda que o protecionismo foi o mero resultado do interesse sinistro de senhores de terras, produtores fabris e sindicalistas, que destroçaram de forma egoísta a maquinaria automática do mercado. Numa outra formulação, e, é claro, com uma tendência política oposta, os partidos marxistas argumentaram em termos igualmente faccionais. (O fato de a filosofia essencial de Marx ter-se centrado na totalidade da sociedade e na natureza não econômica do homem é irrelevante aqui.)¹ O próprio Marx seguiu Ricardo ao definir as classes em termos econômicos, e não há dúvida de que a exploração econômica foi uma característica da era burguesa.

No marxismo popular, isso levou a uma tosca teoria de classe do desenvolvimento social. A pressão por mercados e zonas de influência foi simplesmente atribuída à motivação do lucro de um punhado de financistas. O imperialismo foi explicado como uma conspiração capitalista para induzir os governos a desencadear guerras em nome dos interesses das grandes empresas. As guerras teriam sido causadas por uma combinação desses interesses com os das empresas de armamentos, as quais, milagrosamente, ganharam a capacidade de impelir nações inteiras para políticas fatídicas, contrárias a seus interesses vitais. Liberais e marxistas, com efeito, concordaram em relacionar o movimento protecionista com a força dos interesses setoriais, em explicar as tarifas agrárias

* “Class Interest and Social Change”, capítulo 3 de *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, organizado por George Dalton. Boston: Beacon Press, 1968.

¹ K. Marx, *Nationalökonomie und Philosophie*, em “Der Historische Materialismus”, 1932.